



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
TERCEIRA PROCURADORIA

PROCESSO Nº 22.150/2019

PARECER Nº 0186/2020 - G3P

**EMENTA:** Edital de Concurso Público. Admissão de pessoal. Processo eletrônico. SEEC/DF. Exame do Edital nº 01 - SEEC/DF, publicado no DODF de 17.09.2019, e alterações. Concurso para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Auditor-Fiscal da Receita do Distrito Federal da Carreira Auditoria Tributária do DF. Inscrições: 22.11.2019 a 19.12.2019. Necessidade de ajustes no Edital. Conhecimento e diligência, sem prejuízo do andamento do certame. Cumprimento. Juntada de Editais. Instrução sugere o conhecimento e autorização de retorno dos autos para continuidade no acompanhamento. Parecer convergente do MPC/DF.

Retorna o presente feito que versa sobre o exame do Edital nº 01 - SEEC/DF, publicado no DODF de 17.09.2019, então alterado, que torna pública a realização do concurso público para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Auditor-Fiscal da Receita do Distrito Federal da Carreira de Auditoria Tributária do Quadro de Pessoal do DF (Peças 1/2), em consonância com a autorização dada pelo Comitê de Políticas de Pessoal - CPP/Governança-DF, publicada no DODF de 04.04.2018, p. 30.

2. Mediante a Decisão nº 3.826/2019 (Peça 9), o Tribunal tomou conhecimento do Edital, e alterações, e determinou diligência, para fins de ajustes. Eis o teor:

*O Tribunal (...) decidiu: **I** - tomar conhecimento do Edital n.º 1 - SEEC/DF, publicado no DODF de 17.9.2019, retificado pelos Editais n.ºs 02 e 03 - SEEC/DF, publicados no DODF de 19.9.2019 e 11.10.2019, que regula a realização de concurso público para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Auditor-Fiscal da Receita do Distrito Federal, da Carreira de Auditoria Tributária do Quadro de Pessoal do Distrito Federal; **II** - determinar à Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC/DF que, no prazo de 10 (dez) dias, relativamente ao Edital n.º 01 - SEEC/DF, publicado no DODF de 17.9.2019, altere: **a)** o nome do cargo público objeto do concurso para aquele constante da Lei Distrital nº 4.717/2011 (Auditor-Fiscal da Receita do Distrito Federal); **b)** os subitens 5.3, 10.7.8.1 e 13.6.3, para que neles se mencionem os subitens corretos; **c)** o subitem 10.7.2 para deixar claro que os candidatos não convocados para a prova discursiva, na forma do subitem 10.7.1, bem como aqueles que, convocados, não realizarem a referida prova, estarão automaticamente eliminados e não terão classificação alguma no concurso; **III** - autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para o acompanhamento do certame. Parcialmente vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, **que votou pelo acolhimento do item II do Parecer nº 575/2019-G3P**, do Ministério Público junto a esta Corte, no que foi acompanhado pelo Conselheiro MÁRCIO MICHEL.*

3. A Unidade Técnica destacou, preliminarmente, que, em atendimento, a Jurisdicionada encaminhou o Ofício SEI-GDF nº 1214/2019 - SEEC/GAB e anexos (Peça 12), informando que a deliberação da Corte de Contas “*havia sido direcionada ao CEBRASPE (instituição organizadora do certame), para realização das retificações determinadas*”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**TERCEIRA PROCURADORIA**

4. Confirmou, em consulta ao endereço eletrônico do CEBRASPE, “a edição do Edital nº 5 – SEEC/DF (Peça 14), publicado no DODF de 21/11/2019, que contempla as alterações determinadas”, aduzindo que a diligência poderá ser considerada cumprida.

5. Anotou que, dando continuidade ao acompanhamento do certame, efetuo a juntada aos autos os Editais de Peças 13 e 15/16, relativos a fases intermediárias do concurso, nos quais não foram detectadas irregularidades.

6. Nesse sentido, a par das ponderações e conclusões anteriores, finalizando, sugeriu ao e. Tribunal:

*I - tomar conhecimento:*

*a) do Ofício SEI-GDF nº 1214/2019 - SEEC/GAB e anexos (Peça 12), encaminhado pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC/DF, considerando cumprida a diligência determinada pelo item II da Decisão nº 3826/2019;*

*b) dos editais de Peças 13/16;*

*II - autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para o acompanhamento do certame.*

7. Expostas as conclusões apresentadas pela Unidade Técnica, cabe reiterar, de antemão, que o Edital de abertura do certame, na essência, já se mostrava regular e em consonância com as disposições legais aplicáveis, observadas as ressalvas e os ajustes pontuais necessários, indicados na Instrução pretérita, cujas sugestões de correções foram objeto da diligência ordenada, e foram encampadas pelo MPC/DF, no Parecer nº 575/2019 - G3P, com a seguinte ressalva e adendo:

22. Dessa forma, nessa toada, no caso vertente, levando-se em conta que o certame em voga conta a previsão de prazo de validade do concurso de “**dois anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período**” (subitem 15.29), no entender Ministerial, em complemento à sugestão contida no **item “II.c”**, a Jurisdicionada deverá ser instada a se pronunciar acerca de possível desconformidade do real dimensionamento e definição de convocação de apenas 360 candidatos para a realização da segunda fase (Prova Discursiva), observados os empates na última posição (subitem 10.7.1) tendo em conta a previsão inicial de provimento imediato e formação do cadastro de reserva (120 vagas), aliado ao disposto na Lei nº 6.166/18, quanto à possibilidade de aproveitamento, durante a citada validade, de candidatos excedentes ao cadastro de reserva, adotando-se as providências que se fizerem necessárias, junto ao Comitê de Políticas de Pessoal – CPP/Governança-DF.

8. Nada obstante, o quesito não contou com o acolhimento pela maioria dos membros da Corte de Contas, conforme consignado na parte final do **decisum**, motivo pelo qual, no momento, se deixa de tecer maiores considerações a respeito.

9. Demais considerações acerca dos Editais complementares, insertas na Instrução, também não merecem reparos, razão pela qual opina este **Parquet** pelo acolhimento das sugestões.

É o parecer.

Brasília, 1º de abril de 2020.

**Demóstenes Tres Albuquerque**  
**Procurador**